



## **A REGULAMENTAÇÃO DA ESCOLA PRIMÁRIA NA LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL PARANAENSE DE 1900 À 1920**

Fabiane Tessaro Ireno (PIBIC/CNPq/Uem), Maria Cristina Gomes Machado (Orientador), e-mail: Fabiane\_tessaro@hotmail.com.

Universidade Estadual de Maringá / Centro de Ciências Humanas Letras e Artes / Maringá, PR.

Área e subárea do conhecimento: 7.00.00.00 – 0 Ciências Humanas; 7.08.00.00 -6 Educação; 7.08.01.00 – 2 Fundamentos da Educação; 7.08.01.02 - 9 História da Educação

**Palavras-chave:** Educação, História da Educação, Legislação Educacional do Paraná, ensino primário.

### **Resumo:**

O projeto de pesquisa investigou o processo de regulamentação da escola primária por meio da legislação educacional do estado do Paraná no período de 1900 a 1920. Trata-se de uma pesquisa de cunho histórico, documental e bibliográfico no qual se enfatizou as condições materiais que determinaram a organização do ensino primário gratuito e obrigatório no período supracitado. A legislação educacional normatiza diretrizes gerais sobre o funcionamento e a ação do poder público no que se refere à escola primária nesse estado federado. Para a compreensão dessa documentação faz-se necessário o estudo do contexto político, social e econômico que determinaram a elaboração das referidas propostas educacionais, com vistas ao estabelecimento de correlações entre os aspectos citados e os interesses políticos da sociedade paranaense na organização republicana. As leis mostram as várias áreas que existem dentro do ensino primário, como as disciplinas que eram estudadas, como se dava o funcionamento das escolas a carga horária das aulas, avaliação, dentre outros aspectos.

### **Introdução**

O projeto investigou a regulamentação educacional do estado do Paraná, visando à organização da escola pública primária republicana no período de 1900 a 1920. Com a Proclamação da República em 1889 adotou-se o regime federativo, deste modo cada estado da federação criava sua legislação específica e dentre elas, regulamentavam o funcionamento da



escola pública. Para esta pesquisa fez-se o levantamento das fontes que dizem respeito a legislação educacional e aos debates sobre a educação ocorridos na Câmara dos Deputados do estado paranaense.

No período da velha República (1889-1930) houve uma grande instabilidade política no Poder Legislativo do estado do Paraná (CAMARGO, 2006; MARTINS, 2001; MAGALHÃES, 1974). Sendo assim, o olhar do governo voltou-se para a administração pública, dando foco em todos os aspectos gerais da organização política do estado que construía seus documentos legislativos. A instrução pública foi aos poucos se desenvolvendo com o intuito de atender às novas necessidades econômicas e políticas.

Neste período, a região paranaense não tinha grandes problemas com a falta de escolas em centros urbanos, isso se devia ao fato do investimento feito no início da República, para obras de espaço público, contudo não era ofertada igualmente em todo o estado. Observa-se a preocupação com a regulamentação da educação primária, decorrentes da situação precária das escolas existentes e seus problemas, tais como a dificuldade da frequência dos alunos, devido ao fato de os locais de ensino estarem distantes de suas casas, acarretando muitas faltas às aulas, isso fazia com que os pais por vezes, desanimassem e não enviassem seus filhos à escola, especialmente para crianças residentes nas áreas rurais. Temas como gratuidade, obrigatoriedade e laicidade de ensino eram recorrentes nos debates (CURY, 1988). Havia ocorridos investimentos no ensino, contudo estes eram insuficientes para atendimento de todas as crianças em idade escolar. Como seria a organização do ensino? Quais as instituições seriam responsáveis pela oferta? Quais seriam os conteúdos abordados? Como seriam distribuídos os horários? Estes e outros questionamentos orientaram a leitura da legislação.

## **Materiais e métodos**

A pesquisa permitiu conhecer a legislação educacional com ênfase na discussão e regulamentação da escola primária no Paraná no início do século XX. Para a compreensão dessa documentação fez-se necessário o estudo do contexto político, social e econômico que determinaram a elaboração das referidas propostas educacionais que decorreram da regulamentação de propostas pelo Estado, com vistas ao estabelecimento de correlações entre os aspectos citados e os interesses políticos da sociedade paranaense na organização republicana. Compreendemos que as leis, conjuntos de normas, expressam a tentativa de organizar politicamente as ações do Estado e da vida em sociedade. Para a metodologia buscaremos apoio em Castanha (2013) ao afirmar que o estudo sobre legislação exige que se capte o seu espírito, isto é, seu contexto.



## Resultados e Discussão

A partir da leitura e estudo das leis propostas pelo presente trabalho, é possível observar que o ensino primário, durante o período de 1900 a 1920, era voltado para o desenvolvimento psíquico, social e civil do ser humano. Não existia a ideia de estudar para aprimorar conhecimentos pensando no futuro, as disciplinas eram todas implementadas nas escolas com o objetivo de formar o cidadão para viver em uma sociedade republicana, na qual os sentimentos de amor ao trabalho, à pátria e a ideia de civismo eram difundidas como o ideal da educação. A instrução mostra-se insuficiente para criar a união necessária ao país, bem como ao estado paranaense. Para manter a unidade nacional e proteger suas fronteiras outro espírito deveria ser cultivado: o de amor ao Brasil e o de solidariedade social. Sentimentos estes que agregariam a população para garantia da ordem e do progresso, como expresso na bandeira nacional. Assim, os símbolos nacionais – hino, bandeira e heróis nacionais – forjariam tais sentimentos.

Desta forma, o ensino era obrigatório somente até quatorze anos para os meninos e doze anos para as meninas, garantindo a formação nacional no período em que antecederesse a entrada da criança no mercado de trabalho. Sendo que as duas categorias frequentavam a escola separadamente, sendo os moços em uma instituição e as moças em outra, a coeducação dos sexos era aceita até a idade de 9 anos em escolas ministradas por professoras, isto, cujos docentes fossem do sexo feminino.

Sobre as disciplinas que eram ensinadas, nota-se que nenhuma delas era estudada de forma aprofundada, todas eram trabalhadas apenas como noções, por exemplo, noções de geografia, noções de história ou ainda noções de higiene. Os hábitos higiênicos eram muito importantes para a educação, sendo que em todos os estágios do ensino primário, era sempre colocado em foco, evitaria a proliferação de doenças e o higienismo também estava ligada à necessidade de modificações no comportamento, no asseio pessoal e moral. Essas noções iriam possibilitar que a criança, mais tarde, tivesse um bom desempenho perante a sociedade a qual pertencia e disseminaria um ideal específico de cidadania, marcado pelo sentimento de pertencimento a uma nação, de modo a defendê-la como fundamento da vida social.

No Paraná nota-se a presença de diversos grupos de imigrantes o que levou ao acirramento da necessidade de agregá-los ao estado recém separado da antiga província de São Paulo (1853), nesse caso o ensino da língua portuguesa e a difusão da escola primária era posta nos discursos como fundamental. A República precisava ser defendida das ameaças internacionais, visto que o clima de disputas entre nações por mercados consumidores criavam um clima de instabilidade. A mão de obra imigrante



era bem vinda, existiam muitas terras para ser cultivadas e criar a riqueza do estado, cuja produção baseava-se na agricultura. A campanha feita buscava divulgar a riqueza natural do estado, com terras férteis e clima ameno, contudo havia muitas mudanças a serem feitas, como ampliar o crédito para construção de vias de transporte, estrada de ferro, linhas carroçáveis, pontes, portos, fabricas, entre outros. Esses investimentos usavam os poucos recursos estaduais, assim embora houvesse um movimento pela organização da escola pública, gratuita, obrigatória e laica, com bases pedagógicas modernas com o uso do método intuitivo e pela instituição da Escola Normal, não houve investimentos nessa direção. O quadro precário e caótico da educação estadual se manteria até o período de 1920 estudado nessa pesquisa.

## Conclusões

Por fim é possível observar que a pesquisa desenvolvida durante o último ano trouxe uma gama de conhecimento muito grande. Os estudos que foram feitos, irão enriquecer os próximos trabalhos que serão desenvolvidos ao longo da graduação e, futuramente, durante o mestrado e doutorado. Sobre o desenvolvimento da pesquisa, deve-se lembrar que tudo ocorreu conforme previsto em cronograma, as leituras e estudos aconteceram de forma satisfatória.

## Agradecimentos

Agradeço a minha orientadora por ter contribuído com todo o seu conhecimento para que esse trabalho pudesse ser desenvolvido e agradeço também ao CNPq.

## Referências

CAMARGO, João Borba. **História do Paraná**. A República – 1889-2002. Maringá, PR: Bertoni, 2006.

CURY, José Carlos Jamil. **Ideologia e educação brasileira**: católico e liberais. São Paulo: Cortez e Autores Associados, 1988.

MARTINS, Romário. **História do Paraná**. Curitiba: Guairá, s. d.. 2001.

MAGALHÃES, Marion Brehol de. **Paraná: Política e governo**. Curitiba: SEED, Janeiro: FNME, 1974.